

Servidores públicos discutem proposta de regulamentação do direito de greve



Especialistas e representantes do funcionalismo estadual e municipal debatem os efeitos da regulamentação no auditório Franco Montoro

DA REDAÇÃO

O governo federal quer, sociedade e setores do funcionalismo público concordam: a regulamentação do direito de greve no serviço público é necessária. Para debater os pontos de concordância e divergência sobre a questão — que é tema de um anteprojeto de lei federal, atualmente em estudos na Casa Civil e cujo teor não foi oficialmente divulgado —, a Federação dos Sindicatos dos Servidores Públicos no Estado de São Paulo reuniu representantes do funcionalismo estadual e municipal, e ainda especialistas no assunto, para um debate nesta sexta-feira, 18/5, na Assembléia Legislativa. O evento contou com o apoio do Sindicato dos Servidores Públicos do Poder Legislativo do Estado de São Paulo (Sindalesp).

O direito de greve no serviço público é garantido pela Constituição de 1988, mas depende de legislação complementar, ainda inexistente. “O governo quer regulamentar a greve no serviço público para reprimi-la com mais eficácia”, avaliou o advogado João José Sady, membro da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas e assessor jurídico de entidades sindicais. Isso explica, segundo ele, a inclusão no anteprojeto federal de exigências difíceis de atender, como o quórum de 2/3 da categoria em assembleias que discutam a paralisação de atividades.

“A regulamentação é inevitável, mas temos que encontrar uma proposta de consenso”, ele afirma. E essa proposta, segundo Sady, não pode esquecer aquilo que ele considera o ponto fundamental da questão: a mediação e a negociação coletiva. “Temos que achar mecanismos de solução dos conflitos. Uma greve chega a durar 90 dias exatamente porque não se encontram soluções para o problema que ela apresenta”, avaliou Sady.

Para o advogado Jorge Marcos de Souza, presidente da 12ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/Ribeirão Preto), a regulamentação não precisa necessariamente ser um instrumento de repressão. Esse não é, segundo ele, o objetivo do anteprojeto de lei preparado pela OAB, que não apresenta exigências de quórum em assembleias, por exemplo.

“Pregar a não-regulamentação também é uma forma de reprimir a greve”, ele contrapôs. Souza avaliou ainda que uma greve excessivamente longa é um sinal de que ela foi um instrumento ineficaz — ele cita como exemplo a paralisação dos funcionários do Judiciário paulista, em 2004, que durou 90 dias e terminou sem o atendimento das reivindicações.

O representante da OAB considerou uma contradição a Constituição Federal admitir a sindicalização, mas não a negociação coletiva, já que considera importante prever

uma forma de terminar a greve.

Parte desse problema estaria encaminhado se o Congresso Nacional aprovasse a Convenção 151, da Organização Internacional do Trabalho. O documento inclui o direito de negociação coletiva, atualmente inexistente no serviço público. “Precisamos pressionar o governo a encaminhar o documento ao Legislativo, porque, uma vez aprovado, ele passa a ter força de emenda constitucional”, esclareceu o advogado Hélio de Melo. A Convenção 151 foi aprovada pela OIT em 1978.

Como pano de fundo do anteprojeto do governo federal, o advogado Leocir Costa Rosa, diretor do Sindicato dos Advogados do Estado de São Paulo, apontou a limitação com aumentos salariais, que foi incluída no Plano de Aceleração do Crescimento e deve gerar resistência no movimento sindical. Além disso, existe a possibilidade de o Supremo Tribunal Federal tomar a lei de greve da iniciativa privada como base para julgar as paralisações no setor público. Até então, o STF não reconhecia esse direito, exatamente por causa da falta de regulamentação.

O debate na Assembléia Legislativa foi aberto pela presidente da Federação dos Sindicatos dos Servidores Públicos no Estado de São Paulo, Mara Valéria Giangiulio. “Temos que discutir com muita seriedade esse assunto. Se não lutarmos pelos nossos direitos, o rolo compressor vai passar sobre nossas cabeças”, ela alertou.



Acervo Histórico

A memória do Legislativo paulista conservada em cerca de 500 mil páginas de documentos, 90 mil negativos de fotos e uma biblioteca com 28 mil livros.

acervo@al.sp.gov.br

acontece

Nesta segunda-feira, 21/5

9h – 3ª Reunião da Frente Parlamentar pela Defesa da Represa Billings, por solicitação do deputado Alex Manente (PPS). Plenário Tiradentes

9h – Reunião do Sindsaúde, por solicitação do deputado Roberto Felício (PT). Plenário José Bonifácio.

9h – Reunião das Entidades do Funcionalismo, por solicitação do deputado Roberto Felício (PT). Plenário Dom Pedro I.

16h – Reunião de organização da Frente Parlamentar da Rede Paulista da Agenda 21. Por solicitação do deputado Cido Sérgio (PT). Plenário Tiradentes.

20h – Sessão Solene com a finalidade de homenagear os 85 anos de fundação do Partido Comunista do Brasil e o ex-Presidente Nacional João Amazonas, por solicitação do deputado Carlinhos Almeida (PT). Plenário Juscelino Kubitschek.

atividade parlamentar

Siraque é o novo presidente Comissão de Direitos Humanos

DA ASSESSORIA DO DEPUTADO VANDERLEI SIRAQUE

O deputado Vanderlei Siraque (PT) foi escolhido, na última quinta-feira (17/5), para presidir a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa pelos próximos dois anos. Na próxima reunião da comissão, a realizar-se na quinta-feira, 24/5, os nove deputados membros da comissão discutirão as diretrizes para o biênio.

No discurso de posse, Siraque destacou que seu objetivo à frente da comissão é ampliar o conceito de direitos humanos, diversificando e interligando o tema com os mais variados setores, como saúde, educação, segurança pública, habitação, meio ambiente, gênero, cor e raça. “É necessário compreender que os direitos humanos não são apenas instrumentos de proteção aos presidiários, como alguns por vezes tentam fazer parecer. Todo ser humano tem de ter os seus direitos garantidos e temos de deixar isso claro para os cidadãos”, explicou.

Além de atuar na Comissão de Direitos Humanos, Vanderlei Siraque é membro efetivo da Comissão de Segurança Pública, que elegeu como seu novo presidente o deputado Conte Lopes (PTB) e Gil Arantes (DEM) como vice.

vsiraque@al.sp.gov.br